



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE**  
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL

**MEMÓRIA DE REUNIÃO**

Grupo Setorial de Coordenação do Gerenciamento Costeiro do Vale do Ribeira

**14ª Reunião Ordinária**

11/09/2013 – Sede da Aldeia Cultural, Eldorado, SP.

**Pauta:**

1. Informes;
2. Aprovação das Atas das 12ª e 13ª Reuniões Ordinárias;
3. Apresentação das propostas de enquadramento de zonas pelas prefeituras municipais de Tapiraí, Iporanga, Eldorado e Pariquera-Açu.

Isadora Parada (CPLA/SMA) agradeceu presença dos representantes e convidados e deu início à reunião às 10h30. Sobre a aprovação das Atas das 12ª e 13ª Reuniões Ordinárias, Isadora sugere reenviar as minutas por email para o Grupo para que as considerações sejam feitas por email e as atas sejam aprovadas em próxima reunião, o que é aceito por todos.

Isadora informa sobre o andamento dos trabalhos nos demais setores costeiros. No Litoral Norte, fala sobre a Audiência Pública em Ilhabela ocorrida em 12 de agosto de 2013, convocada após descontentamento dos moradores de Ilhabela com proposta de reenquadramento de zonas pela Prefeitura Municipal, na revisão do ZEE instituído pelo Decreto Estadual nº 49.215/2004. A prefeitura propôs reenquadrar praias como Bonete, Castelhanos e Jabaquara, atualmente em Z2 em uma modalidade especial de Z4, com a finalidade de regularizar a situação fundiária. Porém esta zona permitiria certo grau de urbanização. Esta proposta foi aprovada no Grupo Setorial, o que provocou grande reação da sociedade civil e por isso foi convocada a Audiência Pública. Após reuniões com a prefeitura e argumentações da sociedade civil e ambientalistas, a prefeitura recuou em sua proposta, retornando essas áreas para Z2 e prometendo um maior debate com a população local. No Complexo Estuarino-Lagunar de Iguape e Cananéia o Grupo Setorial, informa que a minuta de decreto de ZEE foi encaminhada para análise e parecer da Consultoria Jurídica da SMA. Isadora compromete-se a enviar esta mesma minuta para o Grupo Setorial do Vale do Ribeira, tendo em vista que são situações semelhantes. A diferença é que no Complexo Estuarino-Lagunar não há previsão de Z3 Especial nas áreas das comunidades quilombolas, ao mesmo tempo em que apresenta uma Z4 Especial, modalidade por enquanto não usada no caso do Vale do Ribeira. Informa que no setor da Baixada Santista estão no momento de discussão sobre os Planos de Ação e Gestão.

Sobre o andamento do setor Vale do Ribeira, Isadora informa sobre as reuniões com os representantes das prefeituras municipais para orientação ao enquadramento das zonas do Gerenciamento Costeiro, tendo ocorrido com as prefeituras de Eldorado, Pedro de Toledo, Iporanga e Tapiraí. Informa que está esperando a definição de uma data para se reunir com a prefeitura de Ribeira e que pretende realizar uma reunião em conjunto com Barra do Turvo e



## GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

#### COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL

---

Cajati, sendo que ainda não conseguiu conversar e orientar esta última, depois da mudança da gestão. Sobre as apresentações das propostas de enquadramento de zonas pelas prefeituras municipais, previstas para esta reunião, informa que, por motivos de saúde, a representante de Pariquera-Açu, Bianca não poderá comparecer. O representante da prefeitura de Iporanga avisou que não poderia vir. Estão presentes os representantes de Tapiraí, inclusive do prefeito, a quem Isadora deu as boas vindas e agradeceu a presença, e de Eldorado, que farão suas apresentações.

Informa, ainda, sobre a realização das oficinas com as comunidades quilombolas do Vale do Ribeira, conforme ficou decidido em reunião geral realizada no dia 06/06/2013, na sede do Parque Estadual da Caverna do Diabo. Essas reuniões têm sido realizadas desde o final do mês de junho, faltando se reunir com a comunidade Peropava, em Registro e necessitando realizar nova oficina com André Lopes e Sapatu, pois não foi possível terminar o enquadramento de zonas na oficina já realizada. Informa que assim que a Minuta do Decreto estiver com redação mais completa e as zonas desenhadas no mapa, ela pretende se reunir novamente com as comunidades para mostrar o andamento e realizar ajustes, caso necessário.

Isadora mostra o quadro com as zonas definidas pelo Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro, com usos e atividades permitidos e, aproveitando a presença de Nilto (ISA), mostra o desenho das zonas no território das comunidades Quilombolas, feito a partir das oficinas. Explica que a proposta é de que o território se enquadre basicamente em duas zonas: Z1T e Z3T Especial, modalidade que está sendo proposta para este setor devido às particularidades e às reivindicações das comunidades, que não desejam atividades de mineração. Isto poderia ser contemplado pela Z1T, que não permite a mineração, porém, o enquadramento de todo o território em Z1T impediria as atividades agrícolas das comunidades que vão além daquelas de subsistência, ou seja, acabaria por impedir que os quilombolas pudessem produzir em maior escala, como pupunha e banana, por exemplo. Na Z3T Especial poderão todos os usos da Z3T, com exceção da mineração e da silvicultura. No entanto permitiria a mineração de interesse social, segundo o Código Florestal (Lei 12.651/2012), a fim de garantir a mineração de cascalho, areia, argila e silte, necessários para manutenção de estradas e acessos inclusive dentro do território. Quanto à silvicultura, as comunidades não tem interesse na comercial, de larga escala, porém mostraram interesse em conduzir uma silvicultura para uso próprio, uma silvicultura familiar. É necessário ainda buscar na legislação como adequar essa particularidade ao texto da minuta.

Isadora informa que levará as propostas oriundas das reuniões para CPLA, com a finalidade de integrá-las numa redação única na Minuta do Decreto, para depois levar à Comissão Especial de redação.

Carlos Correa Jr (Cetesb) indagou se a restrição à silvicultura na Z3T Especial não limitaria o uso das futuras gerações destas comunidades, caso elas venham a querer praticar uma silvicultura em escala maior que apenas aquele plantio para uso. O prefeito de Tapiraí, Araldo Todesco reforça a indagação sobre os desejos das futuras gerações, questionando se as comunidades não estariam se auto-restringindo. Isadora argumenta que essa zona restringe, mas permite que as comunidades façam, além de suas atividades tradicionais, uma agropecuária também destinada



## GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

#### COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL

---

ao comércio. Nilto complementa que esse é um desafio para as comunidades que, por um lado querem que o zoneamento impeça as pressões externas e os impactos ambientais sobre seu território e, por outro lado, querem que esse zoneamento permita a manutenção de suas atividades tradicionais e o desenvolvimento de uma pequena agroindústria, por exemplo.

Isadora relembra que os territórios quilombolas somados resultam em uma área maior que vários municípios, por isso a importância dessas comunidades serem ouvidas. Lembra ainda que o zoneamento deve ser revisto nos próximos 10 anos e poderá ser alterado futuramente, caso não esteja condizente com a realidade das comunidades. Ressalta que as comunidades não desejam uma silvicultura comercial, mas querem plantar eucalipto para uso próprio. Essas restrições deverão ser resolvidas no texto da minuta, trabalhando o conceito de silvicultura sem propósito comercial, ou delimitando a quantidade, sendo essa última opção mais complicada. Sobre como abordar o assunto referente à mineração, expõe que há três opções a serem estudadas: mineração de interesse social, conforme previsto no Código Florestal; mineração para uso da prefeitura; mineração apenas para uso interno.

Socorro (Prefeitura Municipal de Jacupiranga) cita o conceito de agricultura familiar, cuja finalidade primeira é a reprodução da família com condições de se manter no campo. Atentou para a necessidade de se pensar na questão da subsistência com qualidade de vida, por isso ponderar o tamanho das propriedades, uma vez que essas famílias vão se reproduzir e aumentar em número. Não apenas considerar a questão econômica. Isadora argumenta que é por isso que está sendo escolhida a Z3T Especial, pois se fosse apenas subsistência, o território poderia ser enquadrado em qualquer zona. Porém poderia dificultar o licenciamento de supressão de vegetação das roças e limitar as atividades como plantação de pupunha ou mesmo o desenvolvimento de uma pequena agroindústria. Por isso a necessidade de tratar as comunidades quilombolas como agricultores.

Leonardo (APTA/SAA) pergunta o que dificulta a regularização das roças e por que os processos se acumulam com os técnicos da Cetesb. Se o motivo é o tamanho das propriedades, a atividade a licenciar, a licença para desmatar, ou a parte da análise em si. Como facilitar o licenciamento dessas atividades no zoneamento? Isadora mostra no mapa os polígonos vermelhos que são as roças das comunidades que têm sido levantadas em vistorias realizadas pelo ITESP e mapeadas pela Fundação Florestal. Foi possível assim entrar em conjunto de roças com o pedido de supressão de vegetação para licenciamento. A preocupação em mapear esses pedidos de roça é pensar qual a área atual almejada para as roças e imaginar que a área que deve ser incorporada em Z3T Especial deve ser maior que esta. O que tem saído destas oficinas já era: proteção das nascentes que também são áreas limítrofes aos parques, como Z1T, buscando áreas mais contínuas.

Josenei, representante da Fundação Florestal, salienta sobre a isenção de taxa para os Quilombolas entrarem com processos de supressão de vegetação junto à Cetesb.

Maria do Socorro pergunta como fica o zoneamento em relação ao novo Código Florestal. Isadora esclarece que o zoneamento não é uma única lei e que deve ser somado à legislação ambiental, complementando-a. O que deve se atentar, por exemplo, é não enquadrarmos cascalheiras ou



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE**  
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL

---

possíveis áreas de roça em Z1T. As APPs preconizadas pelo Código Florestal continuam a existir em qualquer zona.

Ney (DAEE) pergunta sobre as concessões de mineração no território quilombola. Isadora mostra no mapa as poligonais do DPMN com as concessões e ressalta que o que predomina são os requerimentos de pesquisa. Poucas estão em fase de licenciamento e requerimento de lavra. A proibição não virá do DPMN, que provavelmente continuará a dar concessões; deverá acontecer no momento do licenciamento, a partir da restrição dada pelo zoneamento. A preocupação das comunidades é que as poligonais incorporam grande parte de suas áreas e, muitas vezes, estão em mãos de terceiros que permitem a entrada. Cita o caso de Porto Velho, onde há uma área fora do território com concessão, porém que pega a nascente do rio que abastece a comunidade e a atividade de apicultura realizada ali. E o Instituto Adolf Lutz já adiantou que não será possível a licença sanitária para o produto deles, caso esteja em área de mineração. Essa área precisa ser negociada com o município de Itaóca para que não seja feita mineração na nascente.

Isadora informa que a discussão com os Quilombos está neste ponto e assim que tiver um desenho mais fechado sobre as propostas resultantes das oficinas, vai juntar com as propostas das prefeituras e repassar para o grupo para que possa ser feita a análise em conjunto. A preocupação de se delimitar a Z1T nos quilombos também é delimitar áreas para possível averbação das reservas legais. Sobre Bombas, Isadora esclarece que não fez oficina com este Quilombo pois não é o zoneamento que vai mudar a situação do território, de estar dentro do parque.

Nilto ressalta que a discussão sobre a Z3T Especial pode ser estendida a todo o Vale do Ribeira, uma vez que também trata da tendência de se valorizar a agricultura familiar. Chama atenção para que as prefeituras pensem nisso ao pensar as restrições das zonas, para que não sejam impedidas atividades pouco impactantes, mas necessárias ao desenvolvimento da região.

Iniciam-se as apresentações das prefeituras.

**Apresentação da Prefeitura Municipal de Tapiraí – Raul e prefeito Araldo Todesco**

Raul, representante de Tapiraí, informa que já possuíam uma proposta antiga de zoneamento para o município, e que esta foi readequada em algumas áreas, principalmente locais que eram apontados como Z2 na época de sua elaboração e atualmente apresentam características de Z3T, com agricultura e silvicultura, principalmente áreas com o cultivo do chá, realizado por cooperativas que mostraram o cuidado de não ocuparem APPs e buscaram os locais de melhor topografia, ou seja, mais manejáveis do ponto de vista operacional.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE**  
**COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL**

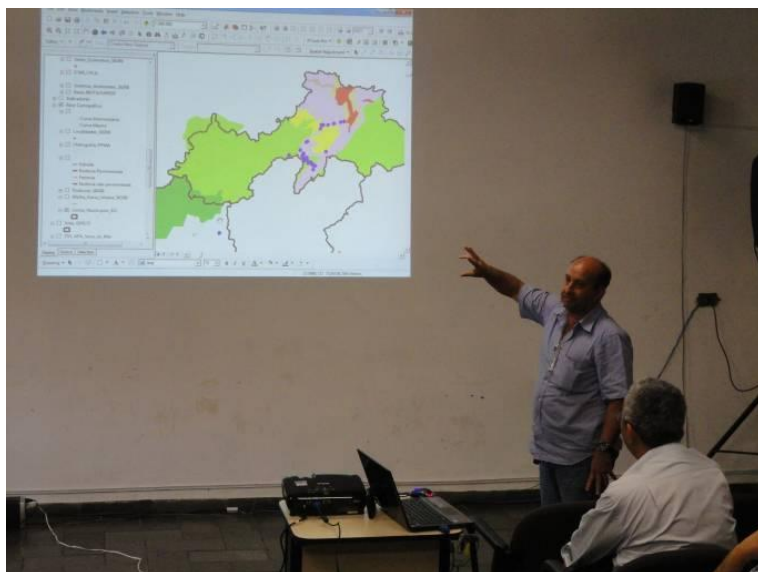


Foto 1. Apresentação da proposta de Zoneamento Ecológico-Econômico da Prefeitura do município de Tapiraí. Fonte: CPLA, 11 de setembro de 2013.

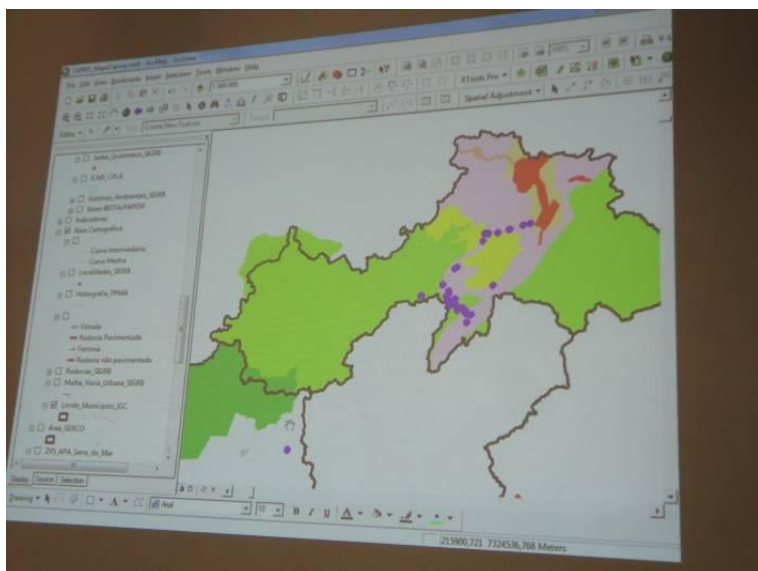


Foto 2. Proposta de Zoneamento Ecológico-Econômico da Prefeitura do município de Tapiraí. Fonte: CPLA, 11 de setembro de 2013.

Também foi alterada uma área que estava delimitada como Z5 na proposta antiga (lado da “cabeça da Anta”) e que não apresentava razão em ser mantida como tal, visto que não mostra possibilidades de ocupação ou atividade que corresponda a essa zona. Dessa forma, apenas apontaram um pequeno corredor como Z5T Especial (reta na “Cabeça da Anta”) em uma porção do entorno da rodovia (apenas de um lado da rodovia).



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE**  
**COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL**

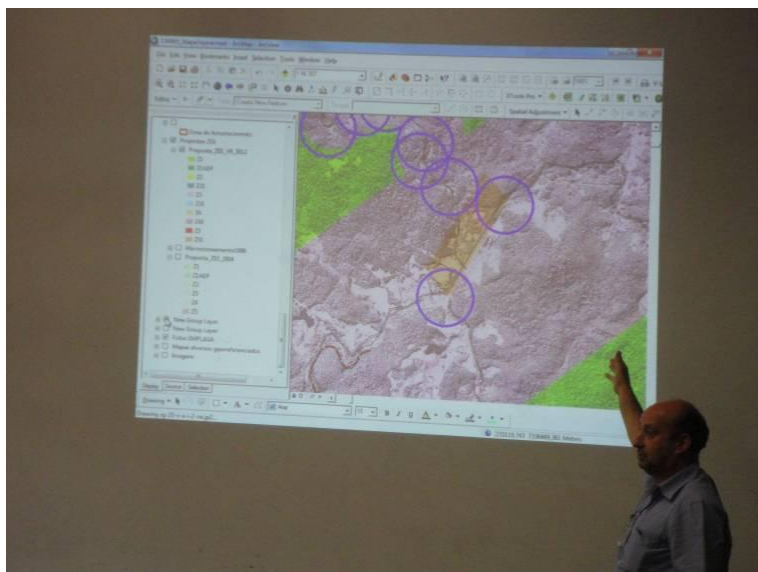


Foto 3. Detalhamento da proposta de Zoneamento Ecológico Econômico da Prefeitura do município de Tapiraí com ZST Especial (cor laranja escuro) e pontos com sugestão de alteração da proposta anterior (círculo roxo). Fonte: CPLA, 11 de setembro de 2013.

Isadora aponta que em conversa com a prefeitura de Tapiraí, foi mostrado o interesse em certo desenvolvimento de indústrias de baixo impacto na região norte, visto seu potencial, enquanto decidiu-se por delimitar como ZST especial esse pequeno corredor ao sul, que pode apresentar-se como local para uma possível rodoviária ou terminais de ônibus, por exemplo, visto sua ligação com Sorocaba. Não visaria à instalação de indústrias.

O prefeito de Tapiraí, Araldo Todesco pede a palavra para apontar os locais de concentração de atividades agrícolas, tais como pupunha, palmeira real, gengibre, inhame, eucaliptos, pinus, entre outros que apresentam-se consolidadas e estavam demarcadas como Z2 e alguns como Z1 na proposta original, alterando-se para Z3T. Ressalta que se trata de agricultura familiar, sendo que a base agrícola do município é familiar.

Isadora ressalta que mesmo que se trate de agricultura familiar, ainda será preciso solicitar autorização frente ao órgão licenciador quando se tratar da necessidade de supressão de vegetação.

Posteriormente acreditou-se ser interessante o acréscimo de um corredor como Z3T no entorno da estrada próximo à divisa com a Companhia Brasileira de Alumínio - CBA, onde existem assentamentos agrícolas e algumas pousadas, rodeadas por topografias acidentadas. Definiu-se uma faixa de 500m de cada lado no entorno da estrada.





**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE**  
**COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL**

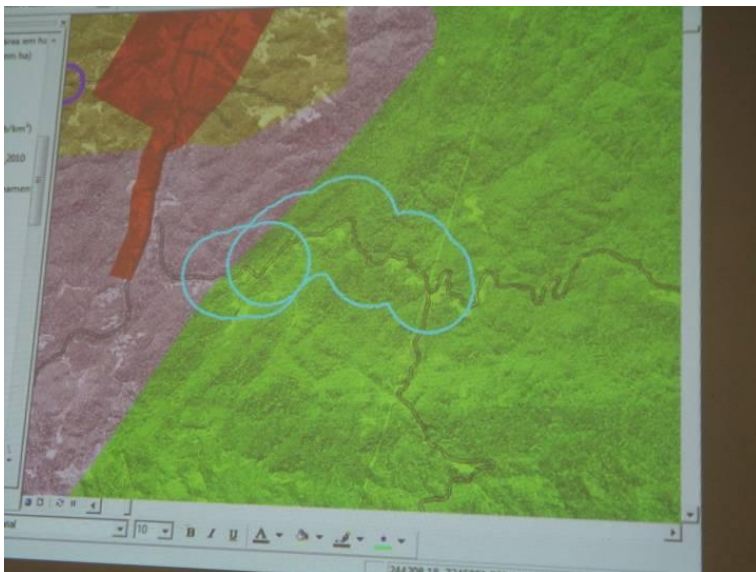


Foto 4. Proposta de Zoneamento Ecológico Econômico apresentada pela Prefeitura do município de Tapiraí no entorno da Companhia Brasileira de Alumínio. A cor verde corresponde a Z1T, vinho corresponde a Z3T, laranja corresponde a Z4T e a cor vermelha corresponde a Z5T. Fonte: CPLA, 11 de setembro de 2013.

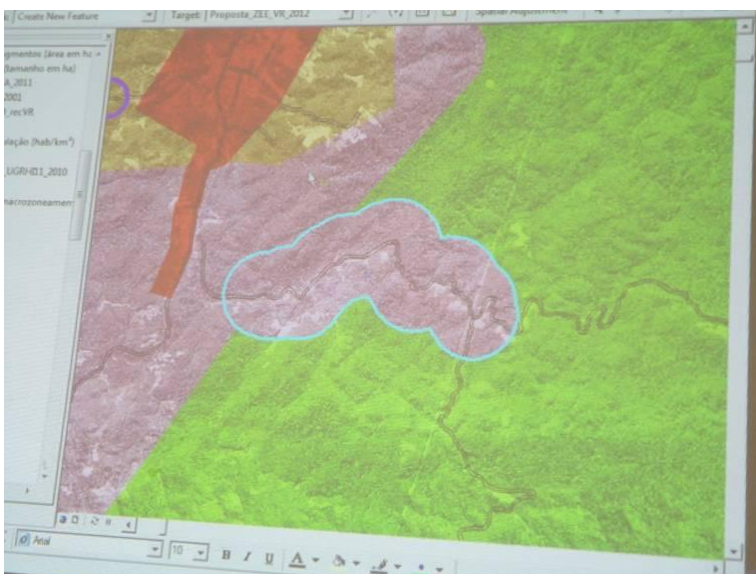


Foto 5. Alteração da proposta de Zoneamento Ecológico-Econômico apresentada pela Prefeitura do município de Tapiraí no entorno da Companhia Brasileira de Alumínio. A cor verde corresponde a Z1T, vinho corresponde a Z3T, laranja corresponde a Z4T e a cor vermelha corresponde a Z5T. Fonte: CPLA, 11 de setembro de 2013.

Isadora destaca que na minuta de decreto que está em elaboração, utilizou-se o termo “empreendimentos de ecoturismo”, visando viabilizar também as atividades de suporte, onde houver a prática do ecoturismo.

Também foi localizada a ocorrência de desmembramentos em uma área que inicialmente estava indicada como Z1. Aparentemente o processo ocorreu de forma irregular, mas está consolidado. Dessa forma, chegou-se a conclusão de que seria interessante delimitar a área como Z3T, possibilitando alguma futura regularização da área, após a averbação da reserva legal. Visto que o perfil da ocupação é de chácaras, seu enquadramento como Z3T será suficiente, desde que respeitada a fração mínima de desmembramento definida pelo INCRA (30 hectares).

Definiu-se uma faixa de 200 metros de cada lado no entorno da estrada principal como Z3.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE**  
**COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL**

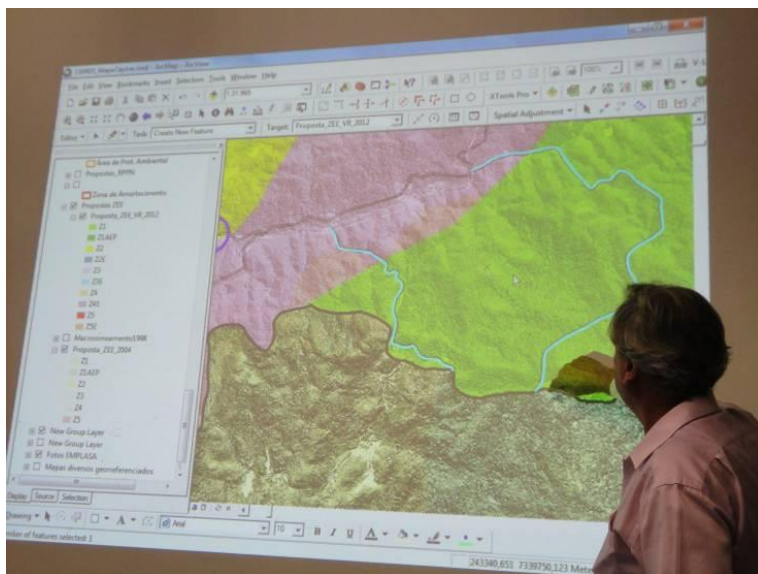


Foto 6. Prefeito de Tapiraí, Araldo Todesco, apresentando área com detecção de aparente desmembramento de terreno. A cor verde corresponde a Z1T, vinho corresponde a Z3T, amarelo corresponde a Z2T. Fonte: CPLA, 11 de setembro de 2013.

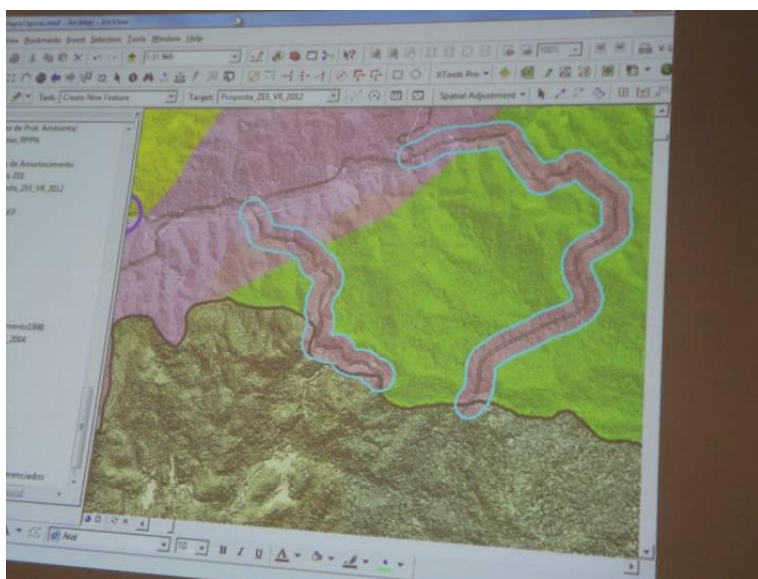


Foto 7. Alteração da proposta de Zoneamento Ecológico Econômico apresentada pela Prefeitura do município de Tapiraí em área com detecção de aparente desmembramento de terreno. A cor verde corresponde a Z1T, amarelo corresponde a Z2T e vinho corresponde a Z3T. Fonte: CPLA, 11 de setembro de 2013.

Foi apontada a rodovia do Vale do Turvo, que dá acesso a Pilar do Sul, como local com potencial para expansão industrial no município, sendo uma área com terrenos menos acidentado. Criou-se também um corredor delimitado como Z5T Especial, além de uma faixa de Z5T na área do aterro municipal, pensando-se em uma futura expansão do mesmo.





**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE**  
**COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL**

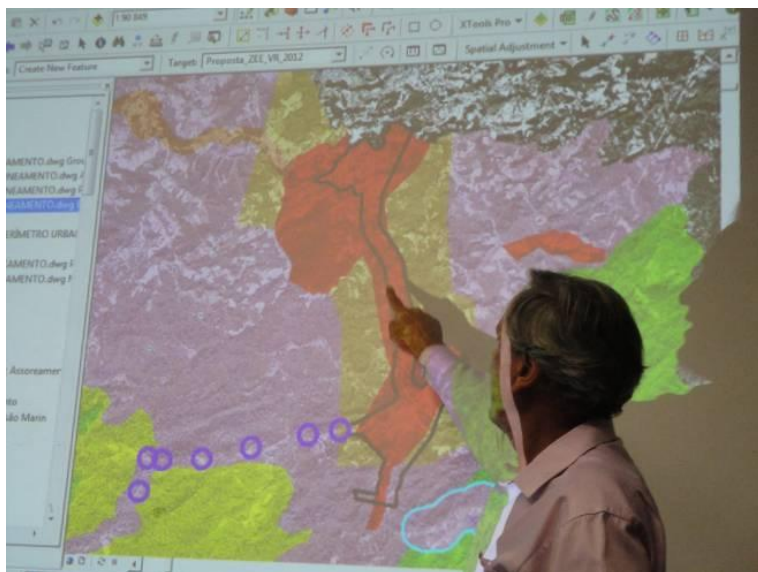


Foto 8. Detalhamento da proposta de Zoneamento Ecológico-Econômico apresentada pelo Prefeito do município de Tapiraí com área urbana e seu entorno. A cor verde corresponde a Z1T, amarelo corresponde a Z2T, vinho corresponde a Z3T, laranja corresponde a Z4T, laranja escuro corresponde a Z5T Especial e a cor vermelha corresponde a Z5T. Fonte: CPLA, 11 de setembro de 2013.

Seguindo o procedimento utilizado para os demais municípios, Isadora, prontifica-se em passar os desenhos dos limites de zonas no formato KLM para todos posteriormente.

Isadora apresenta a proposta do município de Juquiá, que faz fronteira com Tapiraí, e as duas propostas são analisadas de maneira conjunta, visando a compatibilização entre elas. Isadora atentou que a proposta de Juquiá ainda será alterada em alguns aspectos, principalmente ao norte, onde a Z2T será alterada para Z1T, visto que não há interesse em exploração mineral na área.

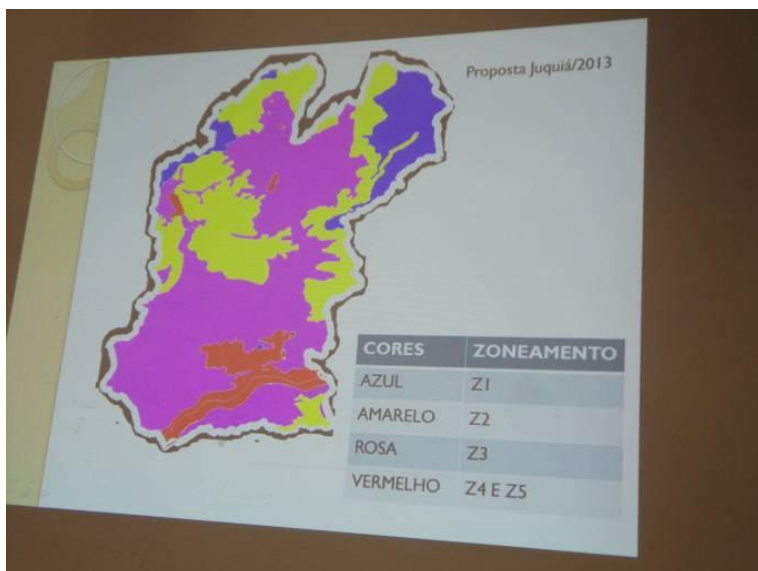


Foto 9. Proposta de Zoneamento Ecológico-Econômico apresentada pela Prefeitura do município de Juquiá, cuja região norte faz fronteira com o Sul do município de Tapiraí. Fonte: CPLA, 11 de setembro de 2013.

Atentou-se para uma descontinuidade de uma zona mais restritiva que formaria um corredor ligando os maciços de vegetação do leste ao oeste do município de Tapiraí (ao sul) e foi lembrado que o plano de manejo do Parque Carlos Botelho definiu uma área como corredor ecológico que abrange grande área do município.



## GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

#### COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL

Junior, da CETESB levanta a possibilidade de se localizar os trechos mais frágeis ao sul do município, tais como a “Cabeça da Anta” e alterar a proposta de zona Z3T para Z1T, visando a manutenção desse corredor. Dessa forma, com base nas curvas de nível e no desenho apresentado, delimitou-se uma faixa como Z1T que formaria um corredor mais restritivo, principalmente nas bordas da encosta. Uma parte da área delimitada como Z1T em Juquiá também ajudaria para a continuidade desse corredor.

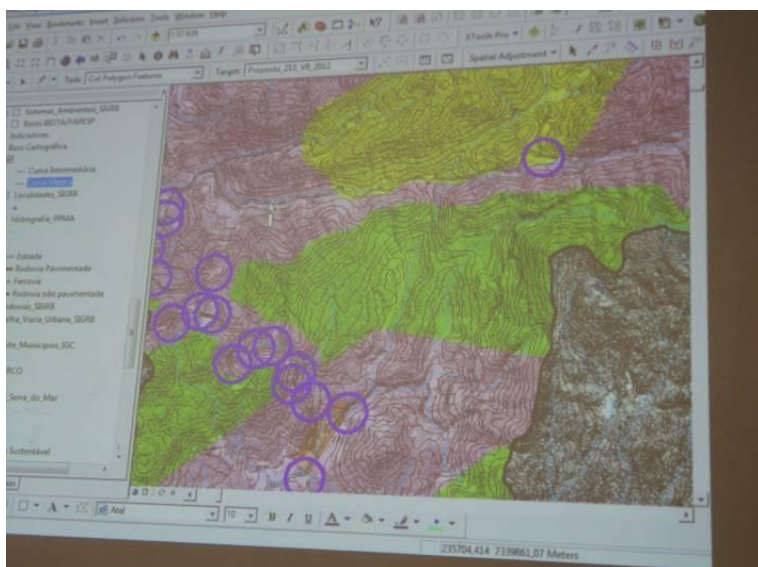


Foto 10. Alteração da proposta de Zoneamento Ecológico-Econômico apresentada pela Prefeitura do município de Tapiraí. A cor verde corresponde a Z1T, amarelo corresponde a Z2T, vinho corresponde a Z3T, laranja escuro corresponde a Z5T Especial e os círculos em roxo são pontos identificados com atividades agrícolas. Fonte: CPLA, 11 de setembro de 2013.

**Apresentação da Prefeitura Municipal de Eldorado.** Olga Maria Michels Dantas (representante do Grupo Setorial)

A seguir foi apresentado o trabalho parcial da proposta que está sendo elaborada pela prefeitura de Eldorado.

Isadora faz uma breve contextualização da atuação de Eldorado no grupo setorial, aponta alguns avanços e propostas para determinadas áreas do município (realizados durante a gestão anterior e encaminhados por ela para a atual administração) e informa que estes estão sendo analisados. Atenta para o fato de que apenas foram apontados os bairros urbanos, bairros em urbanização, bairros rurais, a área industrial, área para aterro sanitário, área de mineração de cascalho e a área para o parque municipal, sendo que os demais locais ainda precisam ser analisados para o futuro enquadramento em zonas.



## GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

#### COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL

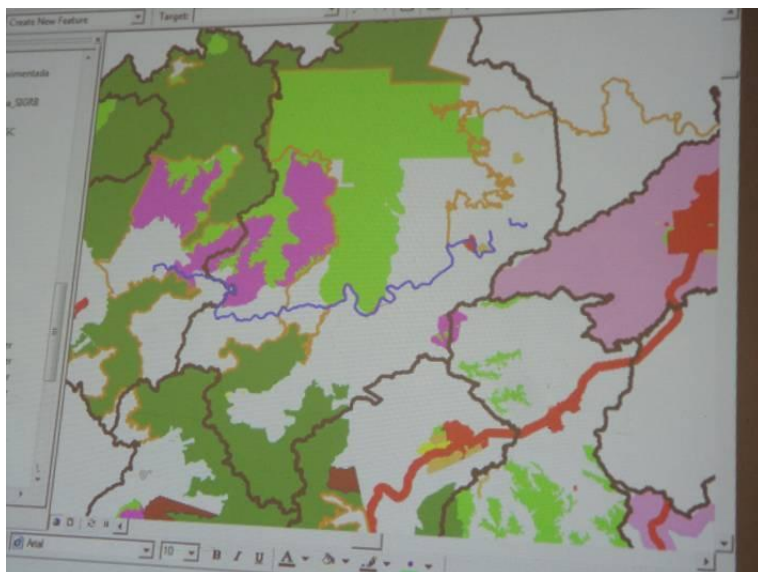


Foto 12. Apontamentos realizados pela prefeitura Municipal de Eldorado. Fonte: CPLA, 11 de setembro de 2013.

Foi visualizado o bairro Vergueiro, que estaria em processo de urbanização, a fazenda Nova Trieste, que apresenta uma proposta de zoneamento próprio. Isadora lembra que essas áreas da fazenda estão em estudo pela Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, com o intuito de se criar novas unidades de conservação, possivelmente RPPNs. Essas glebas foram sinalizadas para uma análise mais detalhada.

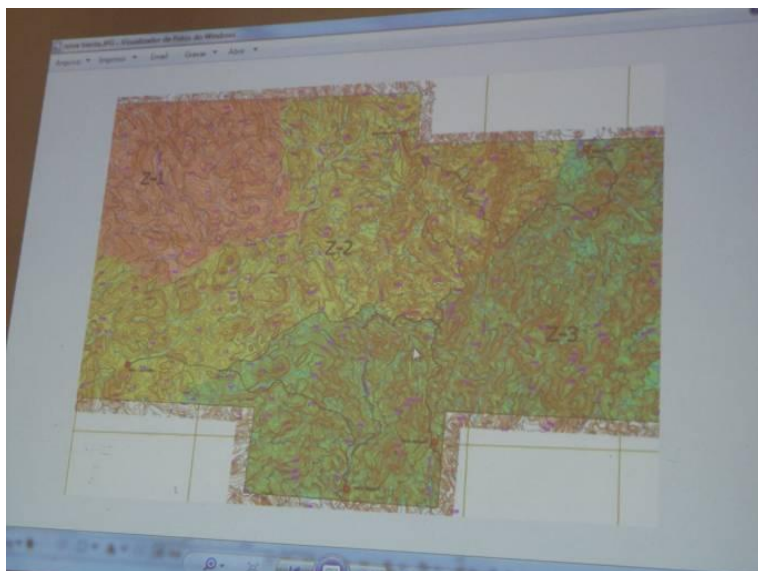


Foto 12. Proposta de Zoneamento próprio da Fazenda Nova Trieste. Fonte: CPLA, 11 de setembro de 2013.

Isadora também esclarece que para fins do Zoneamento, caso seja criado um novo parque ou uma nova RPPN, estes automaticamente serão classificados como Z1T AEP, independentemente da zona em que se encontrar, entretanto colocou que seria interessante já indicar como Z1T um local com vocação e interesse de se transformar em um parque. Foi questionado como ficaria a zona de amortecimento do futuro parque. Isadora explica que ao se criar o parque, ocorre a elaboração de seu plano de manejo, que contemplaria a zona de amortecimento, ou ainda seria





**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE**  
**COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL**

possível defini-la já no ato de sua criação, mas entende que o grupo não deve se preocupar com uma zona de amortecimento de um parque que ainda nem existe.

Foi feita uma aproximação para a área urbana do município e observou-se as áreas de risco de inundação, o distrito industrial e a área para a possível expansão urbana, que seria delimitada como Z4T. Isadora adicionou as camadas indicativas das cheias de 1998, 1997 e 1995, que foram as de maior expressividade no município.

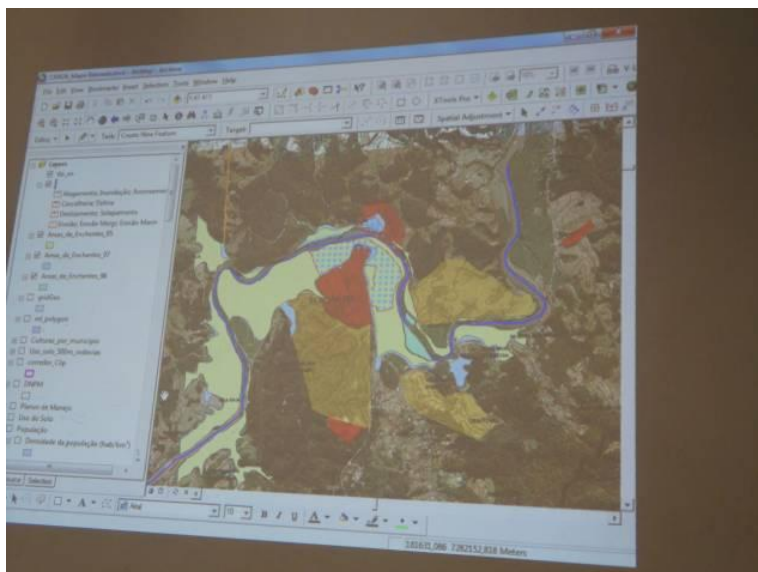


Foto 13. Detalhamento de área urbana do município de Eldorado com áreas de risco de inundação (pontilhado em azul), área urbana consolidada (representado pela cor vermelho escuro), distrito industrial (cor vermelha) ao sul, área para a possível expansão urbana, representado pela cor laranja e camadas indicativas das cheias de 1998 (cor verde água), 1997 (cor azul claro) e 1995 (cor amarelo). Fonte: CPLA, 11 de setembro de 2013.

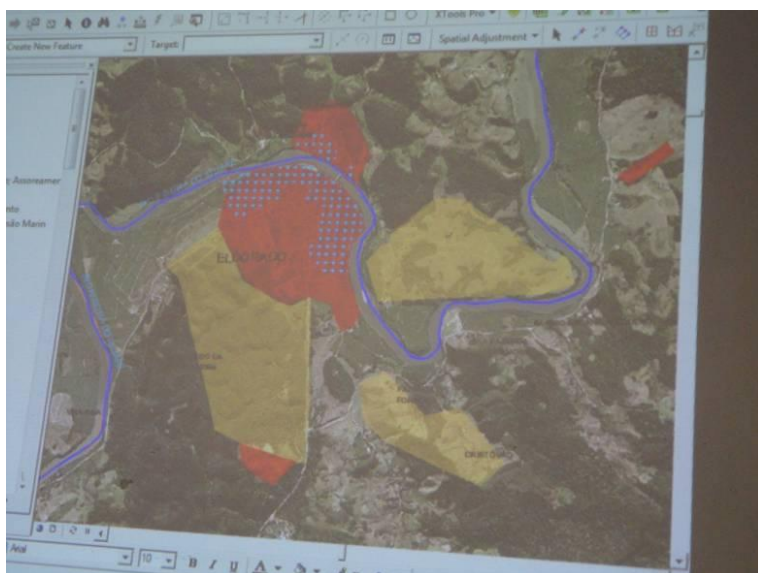


Foto 14. Prévia de proposta para enquadramento de zonas na área urbana destacada. Em laranja temos a Z4T e em vermelho a Z5T. Fonte: CPLA, 11 de setembro de 2013.

Junior pediu que se tomasse o cuidado com a expansão da área urbana em direção ao distrito industrial, visto que a proximidade poderia ser perigosa. Assim, sugeriu que se pensasse na possibilidade de um cordão mínimo de 200m entre os dois.

Foi visto o possível local para construção do aterro sanitário, a pista de pouso, as áreas urbanas de Itapeúna e Batatal e área para possível criação de parque ou de terra indígena.





**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE**  
**COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL**

---

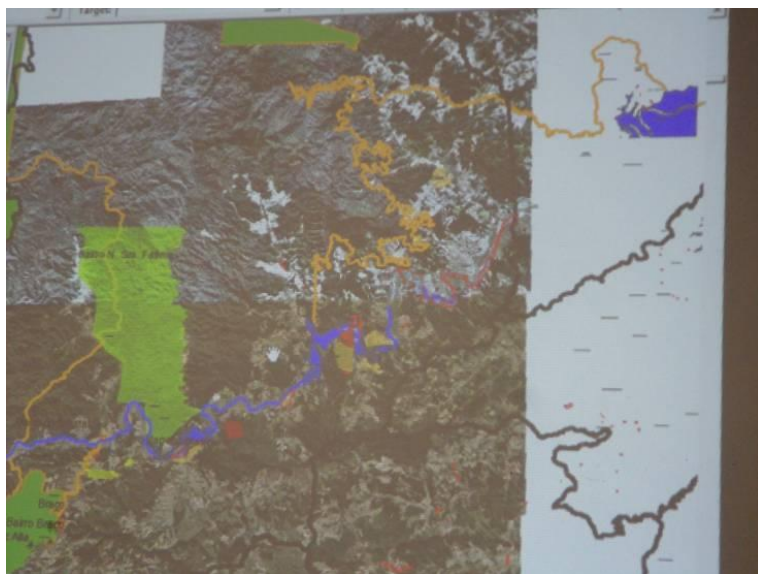


Foto 15. Visão geral dos principais apontamentos realizados pela prefeitura Municipal de Eldorado. Fonte: CPLA, 11 de setembro de 2013.

Olga, representante do município de Eldorado, aponta a necessidade de participação de outros departamentos da prefeitura no processo.

Isadora detectou a necessidade de trazer alguém de maior peso político da SMA para conversar com os prefeitos dos municípios, no sentido de atentar para a importância da participação das prefeituras e seus departamentos no processo de elaboração do ZEE. Destaca a força que o instrumento pode apresentar no sentido de atrair investimentos e possíveis empecilhos de acesso ao crédito que podem surgir no futuro, caso a região não possua o zoneamento.

Isadora marca a próxima reunião do Grupo para o dia 10 de outubro e propõe a data de 23 ou 24/09 para se reunir com as prefeituras municipais de Miracatu e Cajati e a data de 30/09 ou 01/10 para agendar uma reunião com o Alto Vale. A reunião foi encerrada às 13h30.



Foto 16. Representantes do Grupo Setorial e colaboradores na 14ª Reunião do Grupo Setorial de Coordenação do Gerenciamento Costeiro do Vale do Ribeira. Sede da Aldeia Cultural, Eldorado, SP. Fonte: CPLA, 11 de setembro de 2013.